

Ata do BC indica resistência da inflação e novas altas de juros

Banco Central traça cenário mais favorável para economia brasileira

GABRIELA VALENTE

valente@bsb.oglobo.com.br

JOÃO SORIMA NETO

joao.sorima@sp.oglobo.com.br

-BRASÍLIA E SÃO PAULO- Na ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) publicada ontem, o Banco Central afirmou ser "apropriada" a estratégia de continuar a subir a taxa básica de juros (Selic) em doses de 0,5 ponto percentual, já que a inflação "ainda mostra resistência". Os economistas entenderam que o aperto na política de juros será maior que o previsto. E mudaram suas previsões: apostam que 2014 começará com arrocho monetário. O BC admitiu que se mantivesse a Selic em 9% ao ano (e não subisse para 9,5% ao ano, como fizera há uma semana), a inflação cairia, mas essa queda não seria suficiente. E o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ainda ficaria acima da meta central de 4,5%.

"O Copom pondera que a elevada variação dos índices de preços ao consumidor nos últimos doze meses contribui para que a inflação ainda mostre resistência", diz o documento ao lembrar que a economia brasileira ainda tem vários mecanismos de indexação e isso dificulta o trabalho do comitê. "Nesse contexto, o Copom entende ser apropriada a continuidade do ritmo de ajuste das condições monetárias ora em curso."

O economista-chefe do Itaú e ex-diretor do BC, Ilan Goldfajn, é um dos que anunciaram projeções novas para os juros. A estimativa do analista era



Investimento. Alexandre Tombini, presidente do BC: taxa aumentou 3,6%

que o Copom encerraria o ciclo de alta com mais uma elevação de 0,25 ponto percentual na reunião de novembro, a última do ano. Agora, aposta que a Selic chegará a 10,25% em janeiro. "A ata sugere que o ciclo de alta de juros deve se prolongar um pouco mais para ajudar a reverter a resistência inflacionária", afirmou em nota.

PRESSÃO MENOR SOBRE CÂMBIO

Para o economista-chefe da corretora Gradual, André Perfeito, o BC quis deixar muito claro que fará de tudo para coordenar as expectativas. Na avaliação do analista, essa é a única saída porque o Banco Central não conta com o apoio da equipe econômica no com-

bate à inflação, já que o governo não freia os gastos.

Apesar das preocupações expressas na ata, o Copom traçou um quadro mais favorável para a economia brasileira daqui para a frente. Lembrou que a confiança do consumidor atingiu o maior nível desde fevereiro. Os diretores esperam um comportamento melhor da demanda no Brasil do que nos anos recentes. "No entanto, o Comitê nota que a velocidade de materialização desses ganhos esperados depende do fortalecimento da confiança de firmas e famílias", diz a ata.

O BC salientou que a projeção de reajuste para o conjunto de preços administrados por contrato e monitorados caiu

0,3 ponto percentual e é de alta de 1,5% para o ano. Chamou a atenção, entretanto, para a inflação de bens não comercializáveis que continua alta no país. Em outro ponto, aponta pressão menor sobre o câmbio. Com a valorização do real frente ao dólar, diminui a pressão sobre a inflação porque o Brasil é um país que importa cada vez mais. O Comitê destaca, ainda, evidências de acomodação dos preços de commodities no exterior. O BC dedicou um novo parágrafo da ata para destacar que o Brasil aumentou a taxa de investimento na economia. No segundo trimestre, a Formação de Capital Fixo cresceu 3,6%.

ALTA NOS CONTRATOS DE DI

Em relação à política de gastos públicos, o Comitê deixou claro que sua projeções de inflação consideram como "impulso fiscal" a variação do superávit estrutural, ou seja, do superávit sem maquiagem feito pela equipe econômica. E reforçou uma ideia que causou polêmica: a que o balanço de gastos do governo federal não colocará mais combustível na inflação.

As taxas dos contratos futuros de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimentos no curto e médio prazo fecharam em alta, após a sinalização da ata de mais altas da Selic. Os contratos com vencimento em janeiro de 2015 avançaram de 10,38% para 10,42%, enquanto os com vencimento em janeiro de 2014 subiram de 9,54% para 9,55%. Os contratos com vencimento em janeiro de 2017 recuaram de 11,26% para 11,25%.